

**CONSELHO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E  
ARTÍSTICO DO ESTADO DO AMAZONAS – COPHAM  
19ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – 2021/2023**

1 **ATA DA DÉCIMA NONA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO DE**  
2 **PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DO AMAZONAS, BIÊNIO**  
3 **2021 A 2023.** Aos quatorze dias, do mês de dezembro, do ano de 2022, às 14h,  
4 reuniram-se, de forma presencial e virtual, no Salão Rio Solimões, sito a Avenida Sete  
5 de Setembro, 1546 – Centro– Manaus/AM. CEP 69005-141. Conforme convocação  
6 de 12/12/2022, encontra-se aberta a 19ª Sessão Ordinária do Conselho de Patrimônio  
7 Histórico Artístico do Estado do Amazonas. Em virtude dos poderes investidos pelo  
8 artigo 3º do decreto Nº 25.978/06, assumiu a presidência o sr. **MARCOS APOLO**  
9 **MUNIZ DE ARAÚJO** e como secretário para auxiliá-lo nos trabalhos, o sr. **SÉRGIO**  
10 **CRUZ**, da equipe de apoio, em face da ausência justificada da srta. **TAMIRIS LIMA**,  
11 secretária geral deste **COPHAM**. Convidou o **vice-presidente ABRAHIM BASE** para  
12 também compor essa mesa diretora nos termos do regimento interno. Composta a  
13 mesa diretora, informou que o quórum de hoje será informado pelo secretário geral  
14 indicado para esta reunião. **Dr. Sergio Cruz** informou que encontram-se  
15 presencialmente, além dos membros da mesa diretora, os conselheiros conforme lista  
16 anexa. **O PRESIDENTE** agradeceu a presença de todos e seguiu para **O**  
17 **EXPEDIENTE**. **Dr. Sérgio Cruz** informou que foi encaminhado à ALEAM o ofício  
18 00322/GP - COPHAM em 18 de novembro de 2022, reiterando a solicitação de reunião  
19 para tratar da pauta de tombamento e salvaguarda, ainda aguardando resposta; O  
20 tombamento do Rio Negro está aguardando a publicação do tombamento pela Casa  
21 Civil após a última consulta; O código de ética será apresentado aos conselheiros para  
22 aprovação posterior a considerações; Não houve mais reuniões para discussão da  
23 minuta da nova lei de tombamento do COPHAM, as quais serão retomadas no próximo  
24 ano; A instrução normativa sobre drones foi remetida para os espaços para análise,  
25 já tendo sido discutida em reunião anterior. Os conselheiros fizeram os comentários  
26 necessários e a remessa foi feita à SEC para encaminhamento aos espaços para  
27 avaliação e considerações; O conselheiro Rui Mendonça da Amazonastur e os dois  
28 conselheiros do Instituto Brasileiro de Arquitetura justificaram a ausência na reunião.  
29 Por fim, foram mencionadas as seguintes datas comemorativas: 1º de dezembro: Dia  
30 do Numismata, profissional dedicado ao estudo de moedas, papel-moeda, medalhas  
31 e outros materiais utilizados na sua fabricação. O Amazonas já teve a quarta maior  
32 coleção de moedas no final do período da borracha, a quarta maior do mundo. 2 de  
33 dezembro: Dia Nacional do Samba, reconhecido como patrimônio cultural imaterial do  
34 Brasil e parte da identidade cultural brasileira. 18 de dezembro: Dia do Museólogo,  
35 profissional fundamental para o fortalecimento da cultura brasileira, responsável por

36 preservar a memória do patrimônio material e imaterial. Sem mais nada para o  
37 expediente, passou às **PROPOSIÇÕES** para essa reunião. Não havendo proposição,  
38 passou à **ORDEM DO DIA**. Apresentou o calendário da comissão de análise da nova  
39 Lei de Patrimônio Material e Imaterial 2023, para conhecimento de todos, visando  
40 finalizar e aprovar a minuta da nova lei para posterior envio à ALEAM. Foi proposto o  
41 seguinte calendário para sugestões e aprovação, sujeito a alterações conforme  
42 disponibilidade da maioria. No dia 27 de fevereiro, já após o Carnaval, em Março dia  
43 22 um dia após seu aniversário e em Abril dia 26. Este é o calendário para a aprovação  
44 de todos. Ressaltou que é uma comissão conjunta, uma comissão especial para a  
45 análise do anteprojeto de lei, onde devem ser feitas considerações, retirando o que  
46 estiver em excesso e incluindo o necessário. Posteriormente, será colocado  
47 novamente em pauta na reunião plenária para aprovação, iniciando assim todos os  
48 trâmites juntos à SEC, à Casa Civil e à Assembleia. **O PRESIDENTE** informou que o  
49 calendário foi proposto, explicando que poderá ser modificado conforme a  
50 disponibilidade da maioria. Ele destacou a importância de finalizar o tema até abril,  
51 mas ressaltou a necessidade de concluir até março para evitar que a lei seja  
52 postergada para o próximo ano dada a urgência na Assembleia Legislativa. Solicitou  
53 que, caso alguém tenha sugestões para alterações, manifestassem-se, sendo  
54 registrado via microfone para ata. **O Dr. Sérgio Cruz** explicou que a proposta de  
55 calendário foi baseada no relatório anual distribuído aos conselheiros, ressaltando que  
56 se trata de uma minuta elaborada pela comissão especial em duas reuniões. A  
57 primeira reunião ocorreu com a participação dos membros disponíveis na agenda,  
58 sendo seguida por uma segunda reunião para os que não puderam comparecer,  
59 analisando até o quinto capítulo, considerando e incorporando observações feitas em  
60 ambos os encontros. A intenção da proposta de datas é permitir uma discussão  
61 unificada para que todas as decisões sejam tomadas de uma só vez, otimizando o  
62 processo. Sem manifestações, e considerando todos cientes, declarou o calendário  
63 da comissão de análise da nova lei de Patrimônio Material e Imaterial 2023 aprovado.  
64 Solicitou seu encaminhamento a todos os membros, titulares e suplentes, e o  
65 arquivamento na secretaria geral do COPHAM, enfatizando a importância de priorizar  
66 a aprovação desta lei para torná-la pública. Também abordou a questão da Amazonas  
67 Filarmônica e do Coral do Amazonas, ressaltando desafios e equívocos no processo  
68 de torná-los patrimônios imateriais, apontando a necessidade de procedimentos  
69 adequados e documentação para contemplar essa classificação, demonstrando a  
70 importância do conhecimento acerca do patrimônio imaterial, tanto na Assembleia  
71 quanto na sociedade em geral. **Mauro Dourado** propôs à Secretaria de Estado da  
72 Cultura (SEC) a elaboração de um fórum ou congresso voltado para o patrimônio  
73 imaterial, já tendo esboçado o evento com a definição de uma programação que inclui  
74 mesas de discussão e pautas específicas. Ele destacou que essa iniciativa foi  
75 desenhada em conjunto com a Luiza Guglielmini, ressaltando a importância da

76 contribuição de todos os membros do conselho para aprimorar o evento. A proposta  
77 visa não apenas promover a importância do patrimônio imaterial, mas também  
78 demonstrar como esse diálogo pode influenciar a política de salvaguarda, envolvendo  
79 recursos da secretaria e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
80 (IPHAN). O evento também busca estabelecer um canal de comunicação eficaz com  
81 o legislativo, visando sensibilizar e engajar os parlamentares na importância deste  
82 tema e como isso se reflete posteriormente nas políticas de salvaguarda. **O**  
83 **PRESIDENTE** expressou sua satisfação com a proposta de Mauro, considerando-a  
84 excelente. Ele ponderou sobre a necessidade de manter o debate de forma regular,  
85 constante e continuada, sugerindo a criação de uma agenda de eventos em datas  
86 simbólicas, como na Semana dos Museus ou na data de criação da lei do patrimônio  
87 imaterial, para manter viva a discussão e trazer a pauta à tona periodicamente.  
88 Destacou a importância de levar essa discussão também para as escolas, a fim de  
89 sensibilizar e educar as pessoas sobre a importância do patrimônio imaterial, pois a  
90 sociedade está enfrentando um momento de esquecimento do valor do tombamento  
91 desse patrimônio. Lembrou que, no passado, a Lei do Patrimônio Imaterial não era  
92 tão requisitada como atualmente, e que muitos dos equívocos atuais podem ser  
93 resultado da falta de compreensão da origem e dos propósitos dessa legislação,  
94 principalmente por parte dos novos legisladores. Ele enfatizou a importância de  
95 esclarecer as atualizações da lei, destacando o que é original e o que foi modificado,  
96 a fim de evitar interpretações equivocadas e controversas. Diante disso, se  
97 comprometeu que o debate avance e que a população seja envolvida nesse processo,  
98 planejando realizar ações de ampla divulgação e convidando a participação pública  
99 para corrigir as falhas e garantir o entendimento correto da importância do patrimônio  
100 imaterial. **Dr. Sérgio Cruz** informou que a equipe de apoio reenviou a documentação  
101 para a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM) devido à ausência  
102 do conselheiro Yuri Almeida, membro da comissão da assembleia, na reunião atual.  
103 O conselheiro encontra-se envolvido em tratativas na ALEAM para agilizar os trâmites  
104 necessários. A decisão foi tomada visando utilizar o período de transição para iniciar  
105 negociações entre o COPHAM e a ALEAM no início do próximo ano, a fim de alinhar  
106 as ações e avançar nas discussões relacionadas ao tema. A intenção é estabelecer  
107 um diálogo e promover um fórum de forma colaborativa, utilizando como base o  
108 trabalho já preparado pelo IPHAN. **O PRESIDENTE** elogiou a iniciativa como ideal,  
109 ressaltando a autoridade do IPHAN, equiparando-o a um órgão federal. Ele destacou  
110 que, em algumas situações, sua postura tem que ser política mesmo, **tanto que os**  
111 **laudos, os pareceres são negativos**, acaba assinando posteriormente por questões  
112 estratégicas. Por outro lado, o IPHAN é reconhecido como um órgão técnico,  
113 independente da Assembleia Legislativa Estadual, possuindo autonomia para  
114 contestar e posicionar-se de acordo com critérios técnicos, mantendo assim uma  
115 postura mais objetiva e fundamentada. **Mauro Dourado** mencionou que a

116 programação elaborada contemplou a produção de material didático, incluindo  
117 cartilhas digitais para a difusão do patrimônio, em parceria com a técnica da SEC,  
118 Luiza. Devido às circunstâncias da pandemia e limitações de recursos na época, não  
119 foi possível implementar as ações propostas, ressaltando a importância de aprimorar  
120 as políticas públicas de salvaguarda do patrimônio imaterial, necessitando de uma  
121 abordagem conjunta e colaborativa. Ele destacou que o IPHAN tem quatro bens no  
122 território do Amazonas - capoeira de abrangência nacional, Boi-Bumbá, Sistema  
123 Agrícola Tradicional do Rio Negro e a cachoeira de Iauaretê - e frisou que a missão  
124 de salvaguarda desses bens não deve recair apenas sobre o IPHAN, mas também  
125 sobre o Estado, as prefeituras e demais órgãos responsáveis, visando promover  
126 políticas públicas que garantam a promoção e sustentabilidade desses patrimônios.  
127 Propôs, para futuros debates, a reflexão sobre a integração das iniciativas de difusão  
128 no âmbito legislativo, bem como as ações de promoção do patrimônio, tanto material  
129 quanto imaterial, visando uma abordagem integrada que una esforços financeiros e  
130 técnicos. Considerando as limitações de equipe técnica tanto do IPHAN, da SEC e da  
131 Manaus CUT, ele sugeriu a necessidade de pensar em estratégias para atuar não  
132 apenas no tombamento e registro do patrimônio, mas também na etapa subsequente  
133 de salvaguarda, visando dar visibilidade, proteção e promover a cultura de forma  
134 integrada e eficaz. **O PRESIDENTE** adotou uma abordagem pragmática, enfatizando  
135 a necessidade de alinhar com Luiza, da SEC, uma data para a realização do fórum  
136 após o carnaval, possivelmente no final de fevereiro ou início de março. Será essencial  
137 definir a duração do evento, criar a programação com as mesas de debate e tópicos  
138 a serem discutidos, incluindo a apresentação dos patrimônios imateriais e materiais.  
139 Ele ressaltou a importância de elaborar uma frase, um esclarecimento que  
140 instantaneamente transmita o propósito e conteúdo do fórum, de modo a despertar  
141 interesse e compreensão imediatos. enfatizou a necessidade de começar a  
142 divulgação em janeiro, gerando curiosidade e antecipando a participação da  
143 comunidade acadêmica, sociedade e legisladores. Destacou a importância de criar  
144 uma marca e lançar a ideia logo no início do ano, aproveitando o momento de  
145 transição entre governantes, com a assembleia assumindo logo após o carnaval e o  
146 governador em janeiro. Ele incentivou a mobilização para envolver a assembleia  
147 nesse debate, abrindo espaço para sua participação no fórum, visando uma  
148 abordagem colaborativa que envolva a comunidade acadêmica, a sociedade e  
149 representantes legislativos. Solicitou que a data fosse definida o mais tardar no início  
150 de março para a realização do evento e propôs que, nos próximos 30 dias, nas  
151 próximas 4 semanas, seja feita a divulgação e o lançamento do fórum, permitindo que  
152 a ideia se dissemine e ganhe visibilidade. **O conselheiro Wellisson Batista** contribuiu  
153 também com as palavras do Mauro Dourado junto com essa articulação do IPHAN e  
154 foi promovido já 3 seminários, de salvaguarda da capoeira do estado do Amazonas,  
155 que tem avançado muito, foi de extrema necessidade e importância para que os

156 próprios capoeiristas entendessem o que é o processo de salvaguarda, que muita  
157 gente não entende. Então, eles têm realmente essa experiência na organização,  
158 participou de todos e está pronto, programando já para o ano que vem, para acontecer  
159 o próximo e apesar da sua pouca experiência colocou-se à disposição para ajudar no  
160 que for necessário. **O PRESIDENTE** ressaltou essa colocação da responsabilidade  
161 da salvaguarda, é importante e necessária, mas é até hoje, não fez realmente  
162 justamente por causa disso, o cara já chega com o decreto: “Olha, eu fui titular do  
163 patrimônio imaterial, você tem que apoiar o meu show, que eu vou fazer lá no largo  
164 São Sebastião”. Responde que não é bem assim. Tem segurado essa situação, então  
165 pensa que o próximo passo após o fórum, essa agenda continuada, esse processo de  
166 conscientização, o processo que sejam da assembleia, o próximo passo já  
167 aproximadamente em 2024, seria. Tem efetivamente no orçamento um recurso para  
168 a proteção e salvaguarda do patrimônio porque 2024, precisa prevê isso no  
169 orçamento. Isso não impede que já comece a fazer isso no ano que vem, mas desde  
170 que com critérios, porque pode ter certeza, se divulgar que a capoeira está recebendo  
171 um apoio da Secretaria pelo fato de ser patrimônio imaterial, vai fazer uma fila aí na  
172 frente. **Luiza Guglielmini** deixou registrado aqui que participaram a convite do IFAM,  
173 agora final de novembro, da salvaguarda do complexo do Boi Bumba, lá em Itacoatiara  
174 de 21 a 25 e foi um trabalho incrível. As oficinas renderam boas propostas e eles até  
175 solicitaram um calendário único de festival de boi, partindo de Parintins e fazendo  
176 assim uma trajetória com todos os municípios que têm o auto do boi-bumbá, um  
177 trabalho fantástico. Agradeceu ao Mauro o convite feito à Secretaria, estive lá  
178 representando a Secretaria, então foi muito bom. O relatório foi entregue ontem para  
179 o gabinete para que o presidente dê uma olhada com carinho, porque tem umas  
180 propostas que inclusive, tomou a Liberdade de incluir, que foi o que resultou das  
181 oficinas lá. **O PRESIDENTE** ressaltou que o Thiago Hermido recordou aqui que há  
182 uma proposta também de uma Política Nacional relacionada a essa questão do  
183 Patrimônio Imaterial. Não sabe como é que isso tem acontecido nos outros estados,  
184 mas aqui realmente se deu a Liberdade de usar o termo bagunça que precisa  
185 organizar, mas no legislativo, quer pensar que não estão fazendo isso por maldade.  
186 Eles estão tentando dar mérito e reconhecimento a um determinado movimento  
187 cultural, isso só passará realmente a ser uma falha, a partir do momento em que o  
188 conhecimento for disponibilizado, compartilhado e eles persistirem, aí terá que  
189 entender de que forma atuar. **A conselheira Eneila Santos** contribuiu sobre a  
190 importância dessa discussão também aconteceu aqui neste coletivo, depois daquela  
191 roda de conversa com a professora Carla, ficou muito mais nítidas diferenças, que  
192 confundiam a alguns itens relacionados à patrimônio, a valores, salvaguarda então  
193 outros e outras viram. Daqui a pouco acaba essa gestão, e tem que ter isso também  
194 como agenda, sempre essa discussão. Estava conversando aqui o quanto  
195 aprenderam discutindo uma organização de uma lei. Então, que tenha na rotina essas

196 discussões, que são muito interessantes, porque entra aqui para representar uma  
197 instituição, mas sem esses conhecimentos tão apurados, então, é aqui ouvindo. É  
198 muito válido levar essa discussão, porque às vezes lá na assembleia acontece por  
199 uma falta de acesso, há uma certa ingenuidade. Participou de um evento lá junto com  
200 a UFAM e teve uma orquestra e depois que a orquestra se apresentou o deputado  
201 disse: “gente, isso é lindo, vou já pedi o tombamento”. Aí, até olhou para Rose Mara  
202 e disse: “olha aí, Rose Mara, nossa discussão”. É uma moeda de troca, “eu gostei, eu  
203 vou tomar” então, até que ponto estão sabendo se isso cabe ou não a eles? Isso não  
204 é uma troca, “eu gostei, eu tomo”, então, acha que vai ser um acesso, precisam ter  
205 essa alfabetização também, é um primeiro momento de discutir que já aconteceu aqui.  
206 Então, foi muito interessante aquele momento que pediu até o material dos slides,  
207 porque isso é muito interessante e não faz parte da nossa educação discutir  
208 patrimônios, valores. **O PRESIDENTE** disse que isso aí, tem que levar para a  
209 televisão, tem que levar para a rádio. precisa entrar nas escolas, precisa levar o  
210 conselho para a periferia. Fazer uma reunião em uma comunidade debater o assunto.  
211 É um processo que estão começando, precisa realmente levar isso muito a Sério,  
212 porque no final das contas, lá na frente, alguém vai questionar o porquê que tudo isso  
213 aconteceu e o conselho não se posicionou. Estava na pauta aqui, acabou entrando  
214 nesse assunto sobre o relatório anual. Informou que ficou emocionado quando viu que  
215 estavam realizando 19ª encontro. Estava falando aí de 2 anos de trabalho, sentiu um  
216 nó na garganta aqui, porque recorda que conseguiram fazer todas as reuniões. Não  
217 realizaram apenas uma por causa de problema técnico no Palácio da Justiça, Mas em  
218 todas as reuniões teve quórum para conseguir reunir, mesmo com alguns percalços  
219 de membro precisando ser efetivado, de ausência da tecnologia, muitas vezes  
220 fazendo online, pandemia, mas conseguiram chegou a 19ª reunião, então isso  
221 realmente é um feito. Que saber se alguém chegou a receber isso aqui antes e se tem  
222 alguma colocação, alguma pronúncia, alguma dúvida. Perguntou quantos membros  
223 tem e ressaltou que em maio teve 10, foi o único mês que teve 100%, mas na maioria  
224 98. O que menos teve foram 7. Hoje tem 11. Então, tem 8, está na média. **A**  
225 **conselheira Priscila de Oliveira** esclareceu que são os 2 anos de mandatos, 2020 a  
226 2022 e sua dúvida é, se quando retomar as atividades de 2023, que vai ser feita a  
227 recondução, nova indicação de cada órgão? **Dr. Sergio Cruz** esclareceu que no  
228 5/10/2020 foi dado Posse para os membros aqui, só que as atividades mesmo só  
229 começaram em abril de 2021, então a equipe de apoio aqui imaginava que era abril  
230 de 2020, e aí o mandato dos membros, vence no dia 5/10/2022. Então, está fazendo  
231 aqui uma reunião e, seria bom colocar em pauta quem gostaria de recondução ao  
232 cargo para expedir daqui que será reconduzido aquilo que os órgãos indicarem como  
233 pode reconduzir. **O PRESIDENTE** acha que pode fazer oficialmente, emite um  
234 documento. **Dr. Sergio Cruz** respondeu que é para os próximos 2 anos, porque como  
235 foi dito pela doutora Rosemara, não conseguir desenvolver no primeiro ano por causa

236 da pandemia, ficou tudo fechado foi sendo prorrogado a abertura da primeira reunião  
237 do conselho e nisso aí realmente não conseguiu eles efetivarem 2 anos completos. E  
238 aí, nessa situação, propôs porque seja colocado em pauta, quem gostaria de ser  
239 reconduzido no cargo? Está terminando o parecer jurídico, primeiro falando da  
240 efetividade mesmo com o mandato vencido, dos atos tomados em reunião, serem  
241 efetivados primeiro ponto é esse e o segundo ponto, a questão da recondução, já está  
242 terminando o parecer, vai ser um prazer fazer aparecer ontem, inclusive, é que essa  
243 recondução vai ser encaminhado para os órgãos, pelo COPHAM e aquilo que as  
244 Secretarias indicarem. Dirá, por exemplo, "informamos aqui que solicitamos a  
245 recondução, do Mauro, do André e assim vai". De todos os membros, e aí eles vão  
246 dar devolutiva, falando se sim, ou se não. Agora, caso algum membro aqui, não deseje  
247 recondução por motivos particulares que apresente aqui que em vez de pedir a  
248 recondução, será solicitado que eles indiquem o novo, os novos representantes. **A**  
249 **conselheira Priscila de Oliveira** mencionou que está atuando como suplente da  
250 professora doutora Rose Mara e ressaltou a necessidade de consultar a própria  
251 professora sobre a situação de seu trabalho, uma vez que ela está aposentada.  
252 Priscila destacou a importância de considerar a questão jurídica envolvida,  
253 especialmente no que diz respeito à vinculação da professora com a pós-graduação  
254 e se isso pode impactar sua continuidade no cargo. **O Dr. Sérgio Cruz** esclareceu  
255 que, no caso de aposentadoria pela UFAM, é importante verificar se há algum  
256 instrumento interno que permita que uma pessoa aposentada continue representando  
257 a instituição, sendo viável desde que haja respaldo legal. **A conselheira Priscila de**  
258 **Oliveira** salientou que não poderá dar uma resposta imediata, mas enquanto suplente  
259 pode permanecer ocupando a posição enquanto aguarda a definição sobre a situação  
260 da professora Rose Mara. **Abrahim Baze** expressou seu interesse em continuar  
261 representando o Instituto Histórico Geográfico, mesmo após o término de seu  
262 mandato na vice-presidência, destacando a importância do fórum como espaço de  
263 estudo e crescimento. Ele manifestou sua disposição em manter essa parceria e  
264 permanecer engajado nas atividades do conselho, ressaltando que aguardará a  
265 manifestação do IGHA para confirmar sua continuidade, mas desde já se coloca à  
266 disposição para seguir participando ativamente. **O PRESIDENTE** ressaltou a  
267 necessidade de verificar a situação da professora aposentada, bem como oficializar  
268 as questões de titularidade e suplência no conselho, levando em consideração as  
269 posições dos titulares do IPHAN e demais membros. Foi destacada a importância de  
270 esclarecer como ocorrerá a suplência caso **a suplente Priscila de Oliveira** assuma  
271 como titular, a fim de assegurar a continuidade e a organização do conselho. Em  
272 relação à possibilidade de alterações nos nomes dos representantes e recondução  
273 dos membros, o presidente mencionou a importância de verificar também junto ao  
274 conselho de cultura, considerando o tempo de participação e as questões temporais  
275 enfrentadas pelos conselheiros. **O conselheiro Wellisson Batista** expressou sua

276 disposição em continuar mesmo tendo chegado posteriormente e estando em fase de  
277 compreensão do funcionamento do conselho, destacando seu interesse em  
278 permanecer nas próximas reuniões. **O PRESIDENTE** informou que os assuntos gerais  
279 foram discutidos e que haverá a realização de uma foto para divulgação posterior,  
280 enfatizando que o relatório seria uma memória útil do que foi debatido e decidido.  
281 Como metas para o ano de 2023, foram mencionadas a elaboração do calendário das  
282 câmaras, a finalização da lei do patrimônio do COPHAM e a instituição da instrução  
283 normativa dos drones. **Dr. Sérgio Cruz** Dr. Sérgio Cruz explicou que o Teatro  
284 Amazonas teve problemas com drones há cerca de 2 a 3 anos, sendo necessário  
285 controlar o uso desses equipamentos na área. A SEC repassou essa demanda ao  
286 COPHAM para análise das normativas aplicáveis, pois a instrução normativa é  
287 fundamental para a execução da legislação federal já existente nesse sentido. **O**  
288 **PRESIDENTE** mencionou a importância do código de ética e dos procedimentos de  
289 tombamento alinhados com a ALEAM, salientando que o conselho, assim como o  
290 IPHAM e o departamento de patrimônio histórico, são guardiões da informação  
291 patrimonial. Ele ressaltou a necessidade de promover literatura voltada ao patrimônio  
292 no conselho, a fim de capacitar os conselheiros e demais interessados em  
293 compreender os processos de tombamento, os patrimônios existentes e as  
294 legislações pertinentes. Destacou a importância de disponibilizar informações de  
295 forma acessível para o público em geral, incluindo cartilhas e materiais educativos  
296 sobre o que constitui patrimônio e como lidar com bens tombados. Ele enfatizou a  
297 necessidade de um mecanismo de pesquisa que simplifique o acesso às informações  
298 sobre tombamento, facilitando a identificação de prédios e locais considerados  
299 patrimônio cultural. Considerou a possibilidade de criar uma cartilha virtual, sugerida  
300 pela conselheira Karla Bitar, visando promover o conhecimento e a conscientização  
301 sobre o patrimônio cultural. **Symone Farias** explicou que daquela multifuncional que  
302 vai clicando vai aparecendo, tem que trabalhar, divulgou nos sites da SEC, nas redes,  
303 enfim, divulgar nas escolas por meio do aplicativo. Talvez fosse esse o caminho,  
304 porque fica didático. Qualquer pessoa vai ter interesse em olhar, porque quando você  
305 pega uma coisa que tem figuras, desenhos que é mais fácil você aprender a mexer  
306 do que pegar uma cartilha com muito texto. **O PRESIDENTE** mencionou a  
307 possibilidade de criar uma cartilha de perguntas e respostas como ferramenta  
308 educativa. **Mauro Dourado** expressou entusiasmo com a ideia e ressaltou o interesse  
309 do IPHAM em desenvolver um projeto de educação patrimonial, incluindo a produção  
310 de materiais informativos para o próximo ano. Ele apontou a importância de concentrar  
311 e disponibilizar as informações sobre o patrimônio em um único local, considerando a  
312 necessidade de conscientização e orientação sobre intervenções em áreas históricas.  
313 Destacou que o estado atua como um órgão operacional, enquanto o IPHAM é um  
314 órgão federal, e o conselho desempenha o papel de intermediar o diálogo entre o  
315 poder público e a sociedade, fortalecendo e dando visibilidade ao conselho nessa



316 interface. **A conselheira Priscila de Oliveira** questionou se o conselho possui um  
317 site ou redes sociais para disseminar essas informações rapidamente. **O**  
318 **PRESIDENTE** explicou que há uma aba dedicada ao conselho na página da  
319 Secretaria, onde são disponibilizadas informações institucionais e que ali poderiam  
320 ser inseridas as informações mais técnicas. Não foram identificados mais assuntos a  
321 serem deliberados. **Abrahim Baze** apresentou uma demanda para o ano de 2023,  
322 destacando a importância de identificar e destacar as residências de pessoas ilustres  
323 que viveram em determinados espaços da cidade de Manaus. Ele observou que  
324 algumas placas identificativas foram retiradas, principalmente no Largo de São  
325 Sebastião, e propôs que, no próximo ano, seja realizado um levantamento dessas  
326 residências para fixar as placas diretamente nas casas, em vez de na calçada,  
327 inspirado pela prática comum em países europeus de nomear ruas em homenagem a  
328 cidadãos ilustres. Sugeriu que as placas ajudariam a preservar a identidade histórica  
329 do Largo de São Sebastião, que é um local emblemático de patrimônio histórico na  
330 cidade. Ele ressaltou a perda de casas históricas devido ao desenvolvimento da Zona  
331 Franca de Manaus e a transformação do cenário urbano, com demolições e mudanças  
332 drásticas na arquitetura local. A proposta de reinstalar as placas destacaria a  
333 importância dos antigos moradores e contribuiria para o enriquecimento cultural e  
334 histórico da cidade, fornecendo informações valiosas para turistas e cidadãos locais.  
335 **O PRESIDENTE** ressaltou a importância de avançar no projeto de reinstalação das  
336 placas nas residências em Manaus, especialmente no Largo de São Sebastião.  
337 **Symone Farias** informou que, no início das atividades, realizou um levantamento em  
338 conjunto com uma estagiária chamada Sofia sobre as placas do Largo de São  
339 Sebastião, o que corresponde ao material fotográfico mencionado pelo vice-  
340 presidente. **O PRESIDENTE** orientou a busca pelos arquivos para verificar as  
341 informações e confirmar o número e o tipo de placas que serão reinstaladas. **Abrahim**  
342 **Baze** sugeriu utilizar placas de aço escovado fixadas na parede, visando reduzir o  
343 interesse pelo roubo em comparação às placas metálicas convencionais. **Mauro**  
344 **Dourado** explanou sobre a importância da sinalização turística do patrimônio,  
345 ressaltando experiências bem-sucedidas em outros estados que incluem QR Codes  
346 associados às placas, permitindo aos turistas e moradores acessar informações  
347 históricas e imagens relacionadas ao local. **O PRESIDENTE** mencionou um projeto  
348 de realidade aumentada proposto por um produtor da UEA, João Fernandes, que  
349 consistia em exibir imagens sobrepostas ao patrimônio para mostrar características  
350 históricas. **Priscila de Oliveira** explicou que o projeto envolvendo a sobreposição de  
351 imagens é baseado em realidade aumentada. **O PRESIDENTE** propôs ampliar esse  
352 tipo de projeto, incluindo informações históricas nas placas instaladas, não apenas no  
353 Largo de São Sebastião, mas em outros locais da cidade gradualmente. Poderão fazer  
354 um trabalho de ampliar essas placas, não só no largo, mais colocando aos poucos  
355 nesses outros lugares, todo mês, 23 Placas, é algo viável. Até março resolve isso. E

356 assim, sem mais manifesto ou assunto para ser tratado em plenário, agradeceu a  
357 presença de todos, deu por encerrada essa 19ª sessão ordinária pedindo ainda que  
358 seja providenciada as determinações feitas nesta seção e a ata, a qual será  
359 encaminhada minuta aos conselheiros para leitura e para aprovação no expediente  
360 nas próximas reuniões e com posterior encaminhamento para arquivamento na  
361 Secretaria geral do conselho visando o devido registro. Mais 1 ano concluído.

**MARCOS APOLO MUNIZ DE ARAÚJO**  
Presidente – 19ª Sessão Plenária Ordinária

**SÉRGIO CRUZ**  
Secretário Geral – Sessão Plenária  
Ordinária

### **LISTA DE PRESENÇA**

#### **DE FORMA PRESENCIAL**

1. Abraham Sena Baze – Vice-presidente do COPHAM e representante Titular do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – (IGHA )
2. Manoel de Jesus da Silva Pereira – Representante Titular do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – (IPHAN)
3. Wellisson Brito Batista – Representante Titular do Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – (CONEC)
4. Rosemara Staub de Barros – Representante Titular da Universidade Federal do Amazonas – (UFAM)
5. Eneila Almeida dos Santos – Representante Titular da Universidade do Estado do Amazonas – (UEA)
6. Priscila de Oliveira Pinto – Representante Titular em exercício da Universidade Federal do Amazonas – (UFAM)

#### **DE FORMA REMOTA:**

7. Carlos Flávio Wallace da Silva – Representante Titular do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas – (CREA/AM)
8. Marcos Paulo Cereto – Representante Titular do Instituto de Arquitetos do Brasil – (IAB-AM)

#### **CONVIDADOS:**

9. Fernanda Frota – Arquiteta do Departamento de Patrimônio Histórico/Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa – (DPH/SEC)
10. Luiza Gluglielmini – Departamento de Patrimônio Histórico
11. Mauro Dourado – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN



**AUSÊNCIA JUSTIFICADA:**

12. Yuri de Almeida Silva – Representante Titular da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas – (ALEAM)

**Ausentes:**

13. Regina Maria Lopes Pereira Lobato – Representante Titular do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa – (DPH/SEC )
14. Ruy Silvio Lima de Mendonça – Representante Titular da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas – (AMAZONASTUR)

**EQUIPE COPHAM:** Sérgio Cruz – Assessor Jurídico; Symone Farias – Técnica Administrativa; Jennyfer Balbi – Assistente Administrativa; Vanuza Santos – Assistente Administrativa; Letícia Britto – Estagiária.

